

## ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

Ata n.º 044/07

1  
2  
3  
4 Aos vinte seis dias do mês de dezembro de dois mil e sete, às quatorze horas e trinta e um minutos,  
5 pelos fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata,  
6 reuniram-se para Assembléia Extraordinária na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
7 e do Adolescente do Município de Porto Alegre, sito Travessa Francisco Leonardo Truda, n.º 40, 14.º  
8 andar – Centro de Porto Alegre, sob coordenação da Presidente Leci Soares Matos –  
9 ACCAT/Associação Comunitária Campo da Tuca, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**  
10 **SOCIEDADE CIVIL:** Leci Soares Matos – ACCAT – Associação Comunitária Campo da  
11 Tuca; Agenor Salton – SOS Casas de Acolhida; Eulina Antunes – Instituição de Educação  
12 Infantil Maria de Nazaré; Gilmar Dalósto Rossa – Instituto Recriar; Fátima Regina Leite Cruz e  
13 Elisa Mara Pereira de Souza – OSICON – Obra Social Imaculado Coração de Maria; Maria  
14 Leonice D. da Silva – AEPPA Associação de Educadores Populares de Porto Alegre; Elisabete  
15 Bortoluzzi – CEPA – Comunidade Evangélica de Porto Alegre; Alice D. Bittencourt – Instituto  
16 Amigos e Lucas; Luciane Escouto – USBEE – União Sul Brasileira de Educação e Ensino.  
17 **CONSELHEIROS DO GOVERNO:** Fernanda Kerbes – Câmara de Vereadores; Patrick de  
18 Oliveira Teixeira – SMCPGL; Gilberto Lisboa e Ana Carolina Svirski – FASC; Denis da Silva  
19 Fraga – Secretaria Municipal de Saúde. **FALTAS JUSTIFICADAS:** Maria Eva G. Carvalho –  
20 CRSJB Educandário São João Batista. **1 – Leitura da Planilha da Plenária Anterior e**  
21 **Solicitação de Complementação de Ata; 2 – Debates e Deliberações: Comissões, Finanças,**  
22 **Políticas e Reordenamento; 3 – Informes.** Liane T. Scalabrini e Dalva Franco – Assessorias  
23 Institucional e Executiva do CMDCA. Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Leci Soares  
24 Matos deu início aos trabalhos. **Sra. Presidente:** Bom-dia a todos. Vamos começar com a nossa  
25 Plenária. **Conselheiros. 1 – Leitura da Planilha da Plenária Anterior e Solicitação de**  
26 **Complementação de Ata. Sra. Luciane Escouto:** (*Leitura da Planilha*). **Sra. Presidente:** Algum  
27 questionamento com relação à planilha? Então, podemos colocar em votação. Quem está de acordo  
28 com a planilha, por favor, levante a mão. Oito votos. Quem é contra? Alguma abstenção? Três  
29 abstenções. **Aprovada. 3 – Informes.** Vamos começar pelos projetos, mas antes quero comunicar a  
30 presença do novo suplente da Governança Local, o Patrick. Então, Patrick, seja bem-vindo. Temos a  
31 ausência da representante do Educandário, justificou. **Sra. Dalva Franco:** A Maria Eva está com  
32 doença na família e a suplente está desmontando o stand que a Entidade tem no *shopping*, tem que  
33 desocupar hoje, não poderá comparecer. **Sra. Presidente:** Nós temos a avaliação dos CTs, projeto  
34 da Resolução n.º 100, a reunião do Ministério Público, isto já passou. **Sra. Dalva Franco:** O Mapa  
35 da Criança, da ABRINC, enviaram-nos. O Carlos mandou um *e-mail* sobre o Programa Sentinela.  
36 Temos também cartões de Natal das Entidades. **Sra. Presidente:** Já vamos colocar em votação a  
37 planilha sugerida para os meses de janeiro e fevereiro. Semana passada nós colocamos em votação,  
38 todos Conselheiros acharam importante manter a Plenária de hoje para fecharmos o ano. A proposta  
39 para janeiro seriam duas reuniões, para a primeira e segunda semana de janeiro, dias 9 e 23 de  
40 janeiro, para fevereiro os dias 13 e 27. Alguém discorda? Está aprovado. Lembrando também que  
41 na primeira Plenária de janeiro nós temos que avaliar a Presidência e Executiva, não significa que  
42 tenha que ter alterações, porque o mandato é de 2 anos. Existe também a reivindicação, que já  
43 começamos a conversar com o Fórum, é da vice-Presidência do Governo, a nossa lei é só de  
44 Presidente e vice, mas parece que vice-Presidente não é de lei, foi criado no Regimento Interno. Nós  
45 vamos ter que discutir, nós vamos ter duas vagas. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Duas  
46 substituições? **Sra. Presidente:** Duas substituições. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** E quais são as  
47 Entidades? **Sra. Presidente:** A CENCOR, a outra já foi substituída. Nós não temos mais suplentes.  
48 **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Na direção do CMDCA não altera nada? **Sra. Presidente:** Nós

49 vamos discutir na primeira reunião. Depende da vontade dos Conselheiros. Pela questão legal não  
50 existe alteração, porque são 2 anos, mas se os Conselheiros entenderem que a Executiva e a  
51 Presidência não estão de acordo pode se fazer uma discussão e substituir tudo. Vamos para a  
52 avaliação da posse. Quem estava lá? Então, a Fátima o Gilberto, a Alice, o Agenor também vi por  
53 lá, o patrick representando o Governo. **Sr. Gilberto V. Hügel Lisboa:** Eu posso dar um relator  
54 breve. A posse em si foi tranqüila, apresentação do balanço de 2007, depois a posse. Só houve um  
55 incidente, o pessoal do DCE da PUC entregando panfletos falando mal da Comissão Eleitoral, mas  
56 foi algo isolado, inclusive, ninguém assinou. Não chegou a tirar o brilho da festa, porque o pessoal  
57 não levou a sério. **Sra. Presidente:** Vamos continuar, vamos fazer uma roda, cada um fala. **Sra.**  
58 **Alice D. Bittencourt:** Eu achei tranqüilo, estava um evento muito tranqüilo. A única coisa que me  
59 caiu aos olhos foi que o Conselho Tutelar não avançou em nada na sua prestação de contas. É  
60 lamentável, eu não vou a uma prestação de contas para ouvir que a micro recebeu tantos ofícios, que  
61 respondeu a tantos ofícios. Para mim não diz nada, era melhor não ter feito do que ter feito aquilo,  
62 que é o de sempre, não é isso que a gente que vota no Conselho Tutelar quer saber o que fizeram ou  
63 não. Quer dizer, não avançou, eu fiquei com vergonha. Puxa vida, é um retrocesso apresentar isso  
64 como prestação de contas! No mais foi bem. **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Eu também achei  
65 tranqüilo. A questão da prestação de contas também achei muito simples, ainda mais no  
66 encerramento de uma gestão. Eu imaginava além dos números uma reflexão maior a respeito da  
67 política, alguns Conselheiros seguiram falando em nome da Coordenação, fez um fala, mas no meu  
68 ponto de vista é ínfima levando a questão da criança e adolescente na Cidade. Também me cai aos  
69 olhos, sei que isso já está sendo pensado, mas uma capacitação cada vez maior da reflexão do agir,  
70 atinente à questão do papel do Conselheiro Tutelar. O Conselho eu acho que tem esse papel  
71 preponderante de estar capacitando, para que a gente não tenha mais uma vez a questão premente da  
72 criança e do adolescente de forma tão simples e reduzida como se fosse. O evento em si foi  
73 tranqüilo, eu li esse material entregue lá. **Sra. Alice D. Bittencourt:** Só para acrescentar. Houve  
74 uma coisa que me chamou a atenção, um dos dados era “ato infracional por criança e adolescente”.  
75 Até agora eu não entendi qual é a criança que comete ato infracional, mas tudo bem. **Sra. Ana**  
76 **Carolina Svirski:** É que o ato infracional cometido por crianças é tratado em nível de Conselho  
77 Tutelar, o erro é tratar junto o ato infracional da criança com o ato infracional do adolescente. **Sra.**  
78 **Alice D. Bittencourt:** Mas não dá para tratar o ato da criança como ato infracional. **Sra. Ana**  
79 **Carolina Svirski:** Mas está previsto em lei. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Mas não é nominado.  
80 **Sr. Patrick de Oliveira Teixeira:** O 103 do ECA diz isso: “Ato cometido por criança, medida de  
81 proteção”; se é adolescente é medida socioeducativa. **Sr. Agenor Salton:** O que me chamou mais  
82 atenção na posse é porque foi mais um ato de posse do que um ato de prestação de contas. Prestação  
83 de contas teve lá um representante de cada microrregião, chamavam lá na frente os ex-Conselheiros,  
84 os que estavam deixando o Conselho. Eu acho que aí foi vivenciada a importância, se eu estou  
85 fechando o meu mandato faço questão de mostrar a cara e a maioria se eximiu, saiu de fininho,  
86 porque não cumpriram. Os que estavam entrando estavam todos lá, até os que forçaram a barra para  
87 entrar. Além de apresentaram três, quatro itens, aí outro apresentava cinquenta itens, não tinha um  
88 critério mínimo, uma padronização do que apresentar. O primeiro Conselheiro, da Micro 01,  
89 apresentou quatro, cinco detalhes só. Foi só ele e depois foi embora. **Sr. Patrick de Oliveira**  
90 **Teixeira:** Pertinentes às colocações postas aqui, gostaria de lembrar que a prestação de contas como  
91 está posta atualmente, com a alteração da legislação vai ser anual agora, era semestral e vai ser anual  
92 agora. E a legislação não prevê requisitos, critérios, modelos nada, nem fiscalização. Então, em  
93 nível de sugestão, talvez o Conselho normatizar o formato da prestação de contas, quais os dados  
94 necessários, a pertinência dos dados que deverão ali ser postos, datas, para tirar um pouco essa  
95 omissão da lei. Muitas vezes o Conselho não aceita intervenção externa, a formatação, eles até  
96 retiram em nível de coordenação. Então, seria importante uma resolução, uma deliberação do  
97 Conselho postando um regramento com tais e tais dados, equacionado em todos os Conselhos, não

98 individual. Seria importante se o Conselho ampliasse a discussão, aqui, o nosso Conselho de  
99 Direitos. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu gostaria de propor para essa nova gestão que está  
100 iniciando, que sejam previstas algumas questões, porque não foi dada a devida importância. O  
101 próprio desmantelamento da equipe de apoio aos Conselhos Tutelares foi uma questão que  
102 favoreceu bastante, aí as pessoas vão para lá no achômetro e elas não têm que achar, elas têm que  
103 fazer, assessoria técnica é assessoria técnica. Ela vai dar todo o balizamento, tanto é que os juizes da  
104 infância já emitem pareceres com base nos estudos sociais, nos estudos que são feitos em relação à  
105 criança, à família. Isso o Conselheiro Tutelar tem a obrigação, não precisa nem gostar de criança,  
106 agora, tem que conhecer o ECA como ninguém e estar integrado sim na política pública. E a  
107 questão da prestação de contas, eu acho que houve um afrouxamento de rédeas, porque tu fazias  
108 prestação de contas de seis em seis meses e não eram simplesmente números que tu jogavas.  
109 Inclusive, é obrigação, o estatuto determina isso. O Conselho Tutelar através da sua experiência, da  
110 sua vivência, vai estar fomentando continuamente o Conselho de Direitos na formulação de  
111 políticas públicas para criança e adolescente. Inclusive, quando as ações judiciais são feitas, tem  
112 criação de programa, tem determinação de pagamento de algum tipo de programa, isso tem que vir  
113 para o Conselho de Direito para ter conhecimento de que aquela política pública está falha e precisa  
114 ser elaborada uma política que dê conta daquilo ali. Outra coisa que não tem sido feita é a avaliação,  
115 não só no Conselho Tutelar, mas dos nossos programas sociais. Hoje nós temos programas sociais  
116 em tudo quanto é lugar, em tudo quanto é quanto, é uma babilônia de dinheiro em programas sociais  
117 e a gente não tem retorno, nem do ponto de vista governamental, nem do ponto de vista da  
118 sociedade civil. E são valores fantásticos. Então, faz a prestação de contas sim, faz um balanço  
119 aquela Entidade que é compromissada, que eticamente tem os seus valores determinados. Outra  
120 coisa que tem que ser pensada é uma forma de punir as Entidades que dão atestados-frios para as  
121 pessoas, as Entidades que derem atestados que são frios têm que ser punidas pelo Conselho de  
122 Direitos, porque isso é falsidade ideológica, é crime. E a gente sabe que tem muita gente que  
123 assumiu com atestado frio. E a Corregedoria tinha conhecimento de um grupo de Conselheiro que  
124 criou um partido na Microrregião 08 com o endereço da Microrregião 08, com telefone da  
125 Microrregião 08 e não foi feito nada. Nós estamos sendo omissos, os senhores tinham conhecimento  
126 disso? Algum Conselheiro aqui viu o documento do senhor que fundou o partido, que, inclusive,  
127 assumiu na quinta-feira para mais um mandato, ele e sua secretária? Mesmo com essa falta grave o  
128 Corregedor algum dia pediu audiência aqui para noticiar esse fato? Porque o Conselho de Direitos é  
129 que normatiza, é que regula, mas na hora da confusão apanha sempre quem? Sempre os mesmos e  
130 quem deveria punir não puniu, não fez. Era para ter comunicado ao Conselho de Direitos,  
131 comunicado o Gabinete do Prefeito e ter determinada a cassação do mandato desses sujeitos que são  
132 criminosos. Eu passei por muitos apertos em muitos momentos pelo fato de ter sido candidata,  
133 quando me traziam o impedimento de falar. Eu me sinto muito à vontade, porque qualquer um que  
134 for cassado hoje, em nenhum momento eu me beneficiei. Agora, eu tenho que ter consciência e acho  
135 que isso é um compromisso de todos nós, de estarmos atentos a isso, é criminoso isso e é falta grave  
136 sim. E a assessoria, seja da Corregedoria, seja da equipe técnica que hoje assessora o Conselho  
137 Tutelar, é omissa e conivente, para não dizer cúmplice, é conivente, porque a Cidade inteira sabe e  
138 em nenhum momento a assessoria técnica, que é vinculada ao governo, que tem a obrigação de  
139 informar não informou, nem a Corregedoria, nem a Câmara de Vereadores foi capaz de se  
140 pronunciar, que também tem representação. Então, na Cidade toda fomos meio que tapeados. Era só  
141 isso. **Sra. Presidente:** Foi solicitado que todas as denúncias fossem encaminhadas e até hoje não  
142 chegou nada. Então, essas coisas, Nice, têm que ser mandadas para cá. **Sra. Maria Leonice D. da**  
143 **Silva:** Eu enviei para o Ministério Público, para a Comissão Eleitoral e quando eu tive novas  
144 informações entreguei pessoalmente na mão da Luciane aqui, que pediu o protocolo de recebimento.  
145 Eu tenho um defeito muito grave, eu só falo aquilo que eu posso provar, se eu não puder provar não  
146 falo. **Sr. Patrick de Oliveira Teixeira:** Na mesma esteira da Conselheira ali, por fazer parte da

147 equipe, a equipe que assessora os Conselhos tem uma relação muito difícil com os Conselhos. A  
148 gente procura estabelecer dentro dos Conselhos Tutelares uma relação de respeito, confiabilidade,  
149 para poder romper aquela coisa que os Conselhos Tutelares possuem quando se trata de técnicos  
150 externos ao Conselho, que tem essa coisa de expediente, tem acesso aos encaminhamentos que são  
151 dados pelos Conselheiros. E muitas vezes chega para a equipe técnica do setor a denúncia de  
152 Conselheiro que pega o carro do Conselho para ir para casa em outro município, Conselheiro que  
153 pega cesta básica para entrega às famílias e não entrega. São inúmeras as denúncias. Qual a ação da  
154 equipe? Para punir quanto a essas denúncias no exercício do seu trabalho, para isso nós temos a  
155 Corregedoria, informamos o endereço e telefone da Corregedoria, por isso estamos pedindo que as  
156 pessoas entrem em contato com a Corregedoria para formalizar a sua denúncia. Se a denúncia é  
157 recebida pela equipe técnica e repassada, chega como denúncia da equipe e não do cidadão,  
158 imagina, nós não vamos chegar no Conselho, as portas vão ser chegadas. Por isso que muitas vezes  
159 a equipe encaminha, pede que a pessoa faça o encaminhamento para a Corregedoria e não recebe a  
160 denúncia. É só uma questão de informação. **Sra. Presidente:** O que o Patrick disse eu sei que é  
161 verdade. A criação do Conselho Gestor, onde vai estar a equipe técnica, o Conselho municipal, o  
162 Fórum, o Ministério Público e a Corregedoria, aí não vai ter espaço para fugirem. Então, nós temos  
163 que ter cuidado com essas coisas. Essa questão do Conselho Gestor nós podemos colocar para a  
164 segunda Plenária de janeiro, a políticas vai discutindo, a questão da Resolução nº 100 também vai  
165 ficar para a segunda Plenária. Todos de acordo? **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Nós podemos mandar  
166 para a Dalva a proposta que temos da última versão, aí cada um já pode estudar, todos ficam  
167 inteirados para não ser tudo novo. **Sra. Presidente:** Outra informação, hoje eu e as companheiras da  
168 Executiva tínhamos reunião marca com a Maria Celeste e a Mesa Diretora da Câmara, o novo  
169 Presidente da Câmara assume dia 03 de janeiro, está convidando a todos. A Maria Celeste foi  
170 devolver um milhão de reais para a Prefeitura, que foi economia da Câmara no enxugamento da  
171 máquina administrativa. Algum de vocês algum dia ouviu falar que uma Câmara consegue  
172 economizar um milhão de reais para devolver aos cofres públicos? Isso são atos que têm que ficar  
173 registrados, porque estamos tão acostumados com as coisas e não damos importância para isso. E o  
174 que a Leci estava fazendo lá em nome do Conselho? Reivindicando recurso para o FUNCRIANÇA,  
175 porque quando a Maria Celeste falou no dia 20, na hora já pensei em propor não só para o Fundo,  
176 mas para a assistência social e para a saúde. Ela topou e já trabalhamos a possibilidade. Ficou de se  
177 fazer um estudo. Então, é isso. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu queria pedir aos Conselheiros  
178 que a gente revogasse a inscrição da Associação de Mulheres do Beco do Sorriso, que é ali na Vila  
179 Santa Anita, entre a Vila Mato Grosso e a Orfanatório II. Eu digo o porquê, é que nós fizemos uma  
180 visita, eles estavam atendendo em caráter precário. Na ocasião fui eu, a Joice e a Iara visitar, nós nos  
181 dispusemos a ajudar essa Entidade a se reordenar, fazer os planos, tudo, tivemos uma parceria boa  
182 da Carmem, da SMED, que se mobilizou bastante para trabalhar com essa Entidade. Só que a gente  
183 não conseguiu resultado nenhum, inúmeras vezes tentamos sentar com a Entidade para fazer alguns  
184 encaminhamentos e não conseguimos, o que ocorre é que essas crianças estão sendo direcionadas  
185 para a Creche Mato Grosso, que teve ampliação de espaço físico, e as crianças de SASE virem para  
186 a Santa Anita, porque tem dois SASEs em volta, agora tem menos um, porque pelo o que eu fui  
187 informada a Orfanatório II teve o seu registro cassado via CMAS. Então, eu queria que a gente  
188 revogasse, porque estava até por esses seis meses como provisório, que seja revogado porque a  
189 Entidade me nenhum momento atendeu às ponderações que fizemos. Como a Associação de  
190 Educadores fosse colocou à disposição de acompanhar, de fazer o que fosse necessário, a Carmem  
191 também me passou isso, a preocupação que ela estava. Então, estou trazendo que seja cancelada a  
192 inscrição dessa Entidade. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** É uma proposta da Comissão  
193 Reordenamento? **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Nós votamos isso em 21 de agosto. **Sr. Gilmar  
194 Dalósto Rossa:** Mas é do Reordenamento a proposta é de suspender? Há um parecer para  
195 fundamentar isso? **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Como a Associação de Educadores era

196 responsável eu estou trazendo isso. Nenhum acordo foi cumprido, é complicadíssimo. **Sra. Alice D.**  
197 **Bittencourt:** Como foi sugerido que se em um ano eles não se reordenasse o registro seria  
198 cancelado, passaram apenas cinco meses e não houve qualquer tentativa da Entidade em se  
199 reordenar, eu acho que isso tem que ficar muito claro, porque a Entidade pode recorrer. Então, nós  
200 temos que ter isso muito bem claro para não deixar o nome do Conselho em cima, porque como  
201 disse que era um ano, essas coisas. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Na verdade, nós nos  
202 propusemos de ficar acompanhando até o final deste ano, a Entidade se comprometeu de colaborar,  
203 a Joice acionou a SMED, o próprio CAR, o próprio Centro Administrativo Regional, a Ação Social  
204 Dom Orione se dispôs a colaborar, a ARAPEI também, a Vila Mato Grosso e a Santa Anita, mas  
205 não houve receptividade. **Sra. Presidente:** Então, o encaminhamento seria que todas essas  
206 Entidades que tu nominaste agora, que elas fizessem por escrito um encaminhamento, para não  
207 trazermos mais um problema de Entidade. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Tem que ter um parecer da  
208 comissão identificando essas questões, para evitar qualquer recurso da Entidade. É para nós não  
209 correremos o risco. **Sra. Presidente:** Então, esse encaminhamento está tranquilo, todos fazem por  
210 escrito, a Entidade vai ser notificada e depois trazemos para a Plenária. Há necessidade de votar?  
211 **Sra. Fernanda Kerbes:** Nós temos que legitimar. **Sra. Presidente:** Quem está de acordo com esse  
212 encaminhamento, por favor, levante a mão? Aprovado. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu vou  
213 entrar em contato com a Joice, vou falar com a Iara a gente faz um relatório. De qualquer forma nós  
214 enquanto AEPPA não vamos mais nos responsabilizar, isso foi orientação da minha Presidente na  
215 reunião que tivemos há 15 dias. **Sra. Presidente:** Fica registrado. Podemos passar para a questão  
216 dos projetos. **2 – Debates e Deliberações: Comissões, Finanças, Políticas e Reordenamento. Sra.**  
217 **Fátima Regina Leite Cruz:** O projeto é da Associação Beneficente Senhoras de São Francisco de  
218 Assis, Projeto Reconstruindo Espaço Alternativo. O encaminhamento da Comissão de Políticas: a  
219 Comissão de Políticas é favorável ao projeto, está adequado, apresenta as condições necessárias,  
220 está de acordo com a resolução. Ainda sim há a ressalva de que envie a documentação, porque ficou  
221 faltando alguma documentação nesse projeto, que está posto na Resolução nº 100. Nos demais itens  
222 está adequado e a comissão é favorável. Eles têm a captação e o parece ré favorável para que eles  
223 não percam o prazo de depósito. **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu fico com um pouco de dúvida  
224 nessa questão de ressalvas, porque na hora em que é feito o depósito, e caso aconteça alguma coisa  
225 que a Entidade não corresponda, como fica para quem fez o depósito especificamente para aquele  
226 projeto? Parece que essa Entidade não consegue correr atrás quando a gente aprova com ressalvas.  
227 Eu tenho um pouco de preocupação em função da imagem que fica passando do Fundo, porque vai  
228 lá o investido a fim de depositar para tal projeto, a gente aprovou com ressalvas, o cara não sabe,  
229 deposita, a Entidade não consegue fazer e o dinheiro não vai ser devolvido. Como fica isso mais na  
230 questão da imagem do Fundo? **Sra. Alice D. Bittencourt:** Eu acho que a questão da Ana é  
231 pertinente, mas nós pensamos, quantas opções nós temos neste momento, na última Plenária do ano,  
232 para essas Entidades que estão com o doador ali querendo depositar? Se nós não tomarmos  
233 nenhuma providência, ou aprovarmos os projetos do jeito que estão, também não podemos aprovar  
234 os projetos cheios de problemas, com questões de mérito importantes, faltando documentação.  
235 Então, para a gente não ficar, ou aprova de qualquer jeito, ou prejudica a Entidade, nós temos que  
236 ficar no meio termo, que se aprove o depósito com condicionantes. Então, a Entidade tem que se  
237 adequar ao projeto até 30, 60 dias, o que a Plenária decidir, são adequações na sua maioria de  
238 documentações e de abrir valores, aqueles projetos que estão ali são de mérito, que ferem o ECA,  
239 esses outros não são simples de serem adequados nesse caso. Aí o dinheiro só entra para a Entidade  
240 a partir do momento que ela adequar o projeto. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Aqueles que faltavam  
241 documentação nós conseguimos entrar em contato, aí mandaram certificação, CNPJ, ata. Isso é  
242 coisa mínima, não vai alterar no conteúdo do projeto. Então, aqueles que iam ferir, que não tinham  
243 condições, que faltava muita coisa nós seguramos e está com a comissão. As Entidades que nós já  
244 entramos em contato em novembro e dezembro e não entraram em contato também estão ali para

245 serem trabalhados no ano seguinte. Temos quatro processos em função da Entidade não ter se  
246 apresentado e um outro, que é uma situação nova, são cinco. Nós fizemos um inventário do que está  
247 ficando para 2008. **Sra. Elisa Mara Pereira de Souza:** Eu tenho uma sugestão: a gente pega a  
248 relação de Entidades que faltam documentação e anuncia na Plenária do Fórum, comunica que há  
249 pendência de documentos do CMDCA, dando um prazo para essas Entidades se regularizarem. Se  
250 não for regularizado a gente arquiva o processo. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Ou que a gente faça  
251 uma correspondência diretamente a elas elencando o que está faltando. **Sra. Presidente:** A maioria  
252 desses documentos que faltaram tem aí, as Entidades até entraram em contato argumentando que  
253 mandaram para o edital achando que serviria para todo o resto. Então, é encaminhar sim, o dinheiro  
254 pode ser depositado para a Entidade, mas se a Entidade não fizer o que está de acordo com o edital o  
255 dinheiro vai para o Fundo para fazer editais. **Sra. Presidente:** Vamos colocar em votação. **Sr.**  
256 **Gilmar Dalósto Rossa:** Eu proponho que a Comissão de Finanças reveja o valor de retenção sem  
257 ampliação. **Sra. Eulina Antunes:** Então, são 15%. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** E qual é a relação  
258 de documentos faltantes? **Sra. Eulina Antunes:** A lista das crianças, ata, estatuto e planilha. **Sra.**  
259 **Luciane Escouto:** Falta tudo isso? Ah, não dá. Para o recebimento tem que estar todos os  
260 documentos, senão estão os documentos não deveria nem vir para a Plenária. **Sra. Presidente:** Tem  
261 algo errado, porque eu sei que as Entidades vem aqui e se não tiver a documentação o Luiz  
262 Henrique não recebe. Como veio parar aqui sem documento? **Sra. Eulina Antunes:** A maioria  
263 desses está sem documentos. Só tem um que eu levei para casa que tinha a documentação completa.  
264 **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** São R\$ 126.500,00 e não diz de onde chegaram a esse valor. **Sra. Alice**  
265 **D. Bittencourt:** Também pode se pedir a documento faltantes, que, certamente, a Entidade tem e  
266 não estar prejudicando a Entidade de não estar recebendo. Pode aprovar com a condição de, se em  
267 30 dias a Entidade não trouxer a documentação faltante é arquivado o processo. Não fica ditatorial,  
268 fica democrático, as Entidades vão ter chance. **Sra. Presidente:** Então, cada projeto que foi  
269 apresentado aqui fica com essa condicionante. **Sra. Alice D. Bittencourt:** Aproveitando a  
270 preocupação da Ana, a gente pode colocar ao doador que a Entidade tal não se adequou. **Sr. Gilmar**  
271 **Dalósto Rossa:** Eu sou contra. **Sra. Presidente:** O dinheiro doado é destinado. **Sra. Maria Leonice**  
272 **D. da Silva:** A gente sempre fala em limites para as nossas Entidades e geralmente são as de  
273 pequeno porte, porque as de grande porte ninguém dá limite e ninguém governa. Eu não vejo  
274 ninguém meter o dedo na cara das Entidades de grande porte! Até o próprio Governo não dá o  
275 limite aqui que deveria e a gente aceita na boa. Nós tivemos este ano para aprender, nós tivemos um  
276 planejamento e estamos concluindo hoje que os projetos precisariam ter um cronograma de  
277 ingresso, avaliação e devolução para poder estar apto para fazer isso. Que a gente coloque em  
278 execução para o próximo ano, mas nós coloquemos e que seja amplamente divulgado nas reuniões  
279 do Fórum. Outra questão, a partir do momento em que tu aprovas um projeto com ressalva, já está  
280 implícito que o não cumprimento daquela ressalva a Entidade não faz jus ao benefício. Nem está  
281 implícito, está explícito. Eu queria saber dos doadores, e quero pegar do ponto de vista  
282 governamental, a gente tem um monte de dinheiro governamental que os doadores doaram, que nem  
283 foram aplicados, que a gente nem sabe, não foi feita prestação de contas e a gente nem fez  
284 condicionamento governamental. São coisas muito sérias e a gente não vê, aí quando a gente traz  
285 um projeto, fizemos todo um mutirão para vir olhar, aí a gente quer ser mais realista do que o rei. O  
286 nosso papel é monitorar, fiscalizar, então, se vamos fazer isso de fato, se a Nossa Senhora não sei  
287 das quantas não cumpriu em tempo hábil, oficia a Entidade. Não dá para na última reunião do ano a  
288 gente ser mais realista do que o rei. Então, o encaminhamento é que a gente aprove com as  
289 ressalvas, mas que para o próximo ano a gente consiga ser transparente e contundente com todos.  
290 **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu acho que nós temos que avançar em certas situações, porque me  
291 preocupa depois que já tem um depósito feito. Eu acho que nós deveríamos pensar em uma outra  
292 forma, porque essa situação de que se a Entidade não vem buscar fica para o Fundo, eu acho isso  
293 complicado. É a minha posição pessoal. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** É a tua posição social ou

294 a tua posição enquanto FASC? **Sra. Ana Carolina Svirski:** Eu aqui estou representando a FASC,  
295 sou do Governo, estou como suplente. **Sra. Luciane Escouto:** A proposta é uma só, é o consenso  
296 de aprovar os projetos com ressalva. Então, vamos apresentar os projetos e colocar em votação. **Sra.**  
297 **Elisabete Bortoluzzi:** Vamos dar o prazo até a primeira Plenária de fevereiro, dá uns 45 dias. **Sra.**  
298 **Maria Leonice D. da Silva:** Até 31 de janeiro, posterior a isso não aceita mais. **Sra. Maria**  
299 **Leonice D. da Silva:** A primeira Plenária do Fórum é no dia 08 de janeiro, que se publicisse essa  
300 questão da relação das Entidades, os documento faltantes. Independente disso envia  
301 correspondência. **Sra. Luciane Escouto:** Então, até 31 de janeiro de 2008. Vamos votar o primeiro  
302 projeto, Associação Beneficente Nossa Senhora de São Francisco, R\$ 126.500,00 com retenção de  
303 20%. As condicionantes, Eulina? **Sra. Eulina Antunes:** Relação das crianças, ata, estatuto, a  
304 planilha e orçamento detalhado. **Sra. Luciane Escouto:** Em processo de votação, com os  
305 condicionantes relacionados, quem concorda com a aprovação deste projeto? Dez. Contrários?  
306 Abstenções? Uma abstenção. Aprovado. O próximo projeto. **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** É a  
307 Fundação Pão dos Pobres Santo Antônio, o Projeto Rumo, que é inserção social através da  
308 qualificação profissional e navegação à vela. O valor total é de R\$ 363.600,00, é um projeto de  
309 educação, que combina ensino profissionalizante e esportivo. Ele vai atender ao público de crianças  
310 em situação de vulnerabilidade social na Cidade de Porto Alegre, mas eles fazem referência também  
311 à Grande Porto Alegre. Eles fazem essa citação, mas em nenhum momento mais do projeto aparece,  
312 pode ter sido até algum equívoco e a comissão fez a seguinte reflexão: como eles trabalham com o  
313 grupo interno e com o orfanato, talvez tenha sido em função disso. Esse Projeto Rumo está centrado  
314 em três iniciativas: marcenaria naval, mecânica náutica, serralheria aplicada em embarcações,  
315 conservação do meio ambiente e navegação à vela, com uma carga horária 1200 horas para atender  
316 120 alunos da própria Fundação na faixa etária de 14 a 18 anos. A outra iniciativa: curso de  
317 navegação à vela e conservação do meio ambiente, com uma carga horária de 40 horas, para atender  
318 uma faixa etária de 10 a 14 anos, atingindo 100 inteiro da própria Fundação. Terceira iniciativa: um  
319 seminário sobre recursos hídricos e conservação dos recursos naturais, para atingir 600 crianças e  
320 adolescentes do ensino fundamental, de 5ª a 6ª da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Há  
321 uma ressalva que a gente faz, porque aqui eles citam de 5ª a 6ª série, depois, quando apresentam o  
322 cronograma, fazem a referência de 7ª e 8ª, o que já dá uma diferença. Eles também visam a  
323 orientação ao primeiro emprego e eles têm um setor de integração escola e empresa, que vão estar  
324 encaminhando esses adolescentes do curso de profissionalização. Quais foram os nossos  
325 questionamentos? Um deles é esse, que na p. 07 do projeto refere Grande Porto Alegre e não  
326 aparece como se dará o ingresso para esclarecer sobre isso. Depois, na p. 09, refere que o seminário  
327 de preservação será com alunos de 7ª e 8ª série, quando no projeto refere 6ª e 7ª série. Falta a  
328 descrição metodológica de como vais e dar. Outro questionamento, para os adolescentes de 14 a 18  
329 anos, como serão os cuidados com as atividades de marcenaria, quanto à periculosidade e a questão  
330 da insalubridade também. Então, a comissão aprova o projeto para que seja depositado o recurso  
331 captado até o fim de dezembro de 2007, com a ressalva de adequar o projeto, com acompanhamento  
332 das três comissões. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu acho que não tem nada detalhado, eu acho  
333 que tem que ficar detalhado em cada faixa etária os conteúdos que vão ser trabalhados, porque até,  
334 então, só fada em náutica, em marcenaria náutica. Esse projeto é uma coisa e o reordenamento  
335 institucional que eles estão fazendo de desvinculação e de emancipação da meninada é outra coisa.  
336 **Sra. Luciane Escouto:** A questão de marcenaria prática é a partir dos 16 anos. Então, é outro  
337 condicionante. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Fala em 1200 horas e nada de didática. **Sra.**  
338 **Eulina Antunes:** Tem retenção de 5%. **Sra. Luciane Escouto:** Além da referência os conceitos de  
339 cidadania, direitos humanos, toda essa parte. Então, é a Fundação Pão dos Pobres, Projeto Rumo, no  
340 valor de R\$ 363.600,00, com retenção de 5%, com os condicionantes já relatados. Quem aprova?  
341 Onze. Quem é contrário? Quem se abstém? Uma abstenção. Aprovado. O próximo. **Sra. Elisa**  
342 **Mara Pereira de Souza:** Da mesma instituição o outro projeto, com o nome Manutenção de

343 Atendimento e Formação Integral, direcionado a crianças que adolescentes, visando qualificação e  
344 ampliação do atendimento. Tem como título Reordenamento de Entidade Centenária. Ele cita a  
345 justificativa, apresentação referente à resolução e a captação de recursos. E seguem, então, os  
346 objetivos, que seria sensibilizar e envolver um grande número de benfeitores para manter as  
347 despesas de custeio em um sistema de atendimento integral para criança e adolescente, e a  
348 conseqüente qualificação desse atendimento. Lendo o número de metas, tem um total de 600 metas  
349 e não diz o número de ampliação. O valor seria de R\$ 4.072.701,38, tem um ponto de interrogação.  
350 As condicionantes seriam: a comissão está solicitando melhor detalhamento dos aspectos  
351 pedagógicos; como é feita a proteção ao trabalho; se é trabalho educativo, se é Jovem Aprendiz;  
352 descrever o PI utilizado; como estão sendo desenvolvidos os módulos básicos, os conteúdos básicos  
353 específicos. Eles têm a lista dos adolescentes, tem o primeiro ano, que é esse valor que eu já li. Aqui  
354 tem a discriminação dos recursos humanos, material pedagógico, refeição, lanches. **Sra. Luciane**  
355 **Escouto:** Seria importante vocês chamarem a Entidade, porque dos dois projetos com as mesmas  
356 características, com as mesmas questões. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Eu já conversei com o Eberson  
357 ele está sabendo que tem que vir nos próximos dias. Ele já sabe também que são questões de  
358 metodologia que têm que ser adequadas. **Sra. Eulina Antunes:** Não tem como dar retenção. **Sra.**  
359 **Luciane Escouto:** A gente pode chamá-los para esclarecer. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Eu acho  
360 ótimo. **Sra. Eulina Antunes:** Fica 5% de retenção pela qualificação do atendimento. **Sra. Luciane**  
361 **Escouto:** Em votação a Fundação Pão dos Pobres, o projeto é para a manutenção de atendimento,  
362 seriam 600 atendimentos, o valor de R\$ 4.072.701,38, com 5% de retenção. Quem aprova esse  
363 projeto? Nove. Quem é contrário? Quem se abstém? Três abstenções. Aprovado. O próximo. **Sra.**  
364 **Fátima Regina Leite Cruz:** Da Comunidade Evangélica de Porto Alegre, o Projeto Construindo o  
365 Espaço de Cidadania, a comissão é favorável à aprovação, sem condicionantes. O valor total do  
366 projeto é de R\$ 388.763,75, é ampliação de atendimento de criança e adolescente, a ampliação vai  
367 de 90 a 150 no CEDEL, na CIEC vai de 180 para 150 atendimentos, no CEDEL de 40 para 80  
368 famílias o atendimento. Desse valor total do projeto R\$ 220.666,25 no CEDEL são para reforma e  
369 construção com ampliação de 60%. E o valor de R\$ 168.097,50 no CIEC para reforma e construção  
370 para ampliação de 200%, com isenção da retenção. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Por que isenção?  
371 **Sr. Agenor Salton:** Ampliação de atendimento. **Sra. Presidente:** CEPA – Comunidade Evangélica  
372 de Porto Alegre, Construindo Espaço de Cidadania, R\$ 388.763,70, ampliação de atendimento, sem  
373 retenção. Quem aprova? Dez. quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado. O próximo. **Sra.**  
374 **Fátima Regina Leite Cruz:** Centro Comunitário Orfanatrópio I, Projeto de Espaço Físico e  
375 Equipamentos. O valor total do projeto é de R\$ 440.000,00. A comissão é favorável, mas há uma  
376 orientação aqui: “Ao analisar o projeto da Entidade fica evidente a superlotação das turmas de  
377 educação infantil. Segundo as Resoluções 03 e 08, do Conselho Municipal de Educação, apontando  
378 para a necessidade de um reordenamento institucional urgente, não só de ampliação do espaço  
379 físico, mas também de pessoal. Sugiro que a cada etapa concluída seja remetido um relatório dos  
380 beneficiários atingidos e o impacto social alcançado”. Então, a comissão é favorável, mas com essa  
381 recomendação. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** As crianças em berçário, são 20 crianças em cada  
382 turma de berçário, duas turmas de berçário com 40 crianças, duas turmas de Jardim B com 60  
383 crianças, uma com 29 e a outra com 27. Extrapola toda e qualquer orientação e a previsão é da  
384 construção de três pisos. **Sra. Presidente:** Vocês sabem se essas turmas são separadas? **Sra. Maria**  
385 **Leonice D. da Silva:** Está aqui por turma, está explicitado. Tem uma educadora e duas volantes.  
386 **Sra. Luciane Escouto:** São 10% de retenção. Mais algum esclarecimento? Então, o Centro  
387 Comunitário Orfanatrópio I, Projeto Espaço Físico e Equipamento, com ampliação, R\$ 440.000,00,  
388 com 10% de retenção. Em processo de votação, quem aprova o projeto? Doze. Quem é contrário?  
389 Quem se abstém? Aprovado. O próximo. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Centro Social Humanista  
390 CESMAR, Projeto Refabular Esopo, o valor de R\$ 133.332,38. Trata-se de um projeto que vai ser  
391 realizado em 8 meses, com uma oficina de teatro. Eles fazem um plano de aplicação aqui que nós

392 precisamos detalhar e questionar alguns números, um deles diz respeito ao que é mencionado na fl.  
393 14, no item 3, quanto às tarifas bancárias, que são R\$ 640,00 de tarifa bancária para um projeto de  
394 oito meses. Nós colocamos assim: “Considerando a não aprovação da renovação da CPMF, esse  
395 valor se modifica referente às tarifas bancárias? Como é uma Entidade filantrópica, esses valores  
396 também não são de CPMF, são de outros, mas que outros são esses? É necessário esclarecer e  
397 reformular esse item. O nosso parecer é favorável à aprovação do projeto, recomendando  
398 recondicionamento ao esclarecimento da dúvida referenciada acima para que o repasse do recurso  
399 captado seja feito à Entidade”. Ou ela readapta esses R\$ 640,00, ou mexe no valor total do projeto.  
400 **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** O que vai acontecer a gente não sabe. Vai que os caras criam outra  
401 tarifa. Eu acho que é irrelevante isso. **Sra. Eulina Antunes:** São 5% de retenção. **Sra. Luciane**  
402 **Escouto:** USBEE – Centro Marista de Porto Alegre, Projeto Refabular Esopo, R\$ 133.332,38, 5%  
403 de retenção e condicionante de saber o valor de R\$ 640,00. Em processo de votação. Quem aprova?  
404 Doze. Contrários? Abstenções? Uma abstenção. Aprovado. **Sra. Fátima Regina Leite Cruz:** Clube  
405 de Mães e Pais Santa Catarina, Projeto Social Sanitários, Vestiários do Complexo Esportivo Barro  
406 Vermelho. O valor total do projeto R\$ 36.034,71. No dia 28 de novembro ele foi analisado pela  
407 Comissão de Políticas e ali já se sinalizou algumas situações que eles precisavam melhorar. Naquela  
408 dada foi solicitado o comparecimento da Entidade para tratar do assunto, porque faltava o  
409 cronograma de atividades das crianças e adolescente, a metodologia, como se dará o ingresso de  
410 meninas e meninos, a metodologia de implantação, empreendimento de um público de criança e  
411 adolescente igual a 300, sendo que a listagem apresentada constava apenas 166 crianças e  
412 adolescentes, meninos e meninas na faixa etária de 3, 5, 6 a 17 anos. Então, foi solicitado o  
413 comparecimento dessa instituição. Aí a Entidade contemplou minimamente as interrogações dessa  
414 comissão, mandaram documento em anexo, onde a comissão: “Recomendamos que a partir do  
415 repasse efetuado a Comissão de Reordenamento passe a acompanhar e monitorar o processo para  
416 que o reordenamento do trabalho dentro do ECA seja executado”. A comissão é favorável. **Sra.**  
417 **Elisabete Bortoluzzi:** Não tem aumento de atendimento. **Sra. Eulina Antunes:** São 20%. **Sra.**  
418 **Maria Leonice D. da Silva:** Aqui tem o números de 300 e realmente tem menos. **Sra. Elisabete**  
419 **Bortoluzzi:** Eu respondo por eles. Eu atendi a eles, com mais algumas colegas aqui, a gente  
420 questionou porque ele falava em 300 quando tinha uma lista com cento e cinquenta e poucas. Ele  
421 disse que quando entrou aqui no Conselho disseram para ele que não precisava apresentar a lista  
422 inteira apenas uma amostragem do número de crianças. Ele fez a metade, fez 50%. **Sra. Luciane**  
423 **Escouto:** Em processo de votação. Clube de Mães e Pais Santa Catarina, Projeto Social Sanitários,  
424 Vestiários do Complexo Esportivo Barro Vermelho. O valor total do projeto R\$ 36.034,71, com  
425 20% de retenção. Quem aprova? Onze. Quem é contrário? Quem se abstém? Aprovado. **Sra. Elisa**  
426 **Mara Pereira de Souza:** Eu gostaria de uma informação que respeito desses dois projetos, porque  
427 um deles é de janeiro de 2007, estava com o Luiz Henrique, foi aprovado por todas as comissões, a  
428 única pendência era a planta e até agora não veio. A outra questão, é também provado por todas as  
429 comissões, é um ótimo projeto, pendente a planta e o memorial descritivo. Uma é a Associação  
430 Tronco Neves e a outra é da Associação Educadora São Carlos, Hospital Mãe de Deus. **Sra. Eulina**  
431 **Antunes:** A Tronco Neves esteve aqui, eles tinham três projetos, ela já tinha conseguido. **Sra. Elisa**  
432 **Mara Pereira de Souza:** E ainda tem mais seis projetos pendentes que não tem como passar na  
433 Plenária porque é muita pendência. Estavam com o Luiz Henrique e têm alguns que são de janeiro  
434 de 2007. **Sra. Presidente:** Mas esses nós vamos ter que registrar. **Sra. Elisa Mara Pereira de**  
435 **Souza:** É a Associação Amor e Respeito à Vida, que era pendência de documentos, até tem os  
436 documentos, mas precisa reformular o texto, é de 06 de novembro de 2007. O outro é a Escola de  
437 Educação Infantil Cantinho da Criança Algodão Doce, que é de 23 de novembro de 2007, faltam  
438 documentos. O Movimento Escola da Vida, que é de 16 de novembro de 2007, aqui é só  
439 documentos, o projeto está ok. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Eu proponho que ao menos aquele lá a  
440 gente leve para votação, ele cai no mesmo regramento dos outros. Se o projeto está aprovado, falta

441 só a documentação de outros aqui com sérias restrições. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Eu não me  
442 sinto à vontade de votar um projeto que eu não me lembro de ter visto. **Sra. Eulina Antunes:** Este  
443 aqui está todo favorável, só falta a planta, passou por todas as comissões. É a Tronco Neves.  
444 Podemos colocar o condicionante de prazo de 30 dias. Então, vai para votação a Associação Tronco  
445 Neves. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu acho que nós temos que aprovar esse processo  
446 conforme foram aprovados os outros. **Sra. Eulina Antunes:** É no valor de R\$ 181.00,00, 10% de  
447 retenção. **Sra. Presidente:** Associação Tronco Neves, R\$ 181.000,00, é equipamento, obra e  
448 construção, 10% de retenção. **Sra. Eulina Antunes:** Com a ressalva de 30 dias, como os outros.  
449 **Sra. Presidente:** Em processo de cotação. Quem aprova, por favor, levante a mão. Dez. Alguém é  
450 contrário? Abstencões? Uma. Aprovado. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Eu tenho um aqui, que é a  
451 Associação Educadora São Carlos. A Comissão de Finanças, em 24 de abril, reconsidera seu parecer  
452 para solicitar à Entidade o desdobramento em dois projetos, construção e compra de equipamento,  
453 com apresentação de planta, com discriminação de material de construção. **Sra. Presidente:** Eu  
454 acho que tem que fazer por escrito e mandar para o protocolo. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Então,  
455 este nós não vamos votar. **Sra. Elisa Mara Pereira de Souza:** Tem o Movimento Escola da Vida,  
456 que foi apreciado só pela Comissão de Políticas, é um projeto bem simples. Claro, ele não segue  
457 rigorosamente a Resolução nº 100, mas diz com bastante clareza o que precisa. É um valor de R\$  
458 7.640,00. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Eu gostaria que essa Entidade tivesse o projeto. **Sra.**  
459 **Elisa Mara Pereira de Souza:** Mas ela tem projeto. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Não tem  
460 projeto. **Sra. Elisa Mara Pereira de Souza:** M para mim está bem claro o que ela está pedindo.  
461 **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Primeiro, a gente está pedindo para todos que tenham uma  
462 proposta metodológica mínima e tudo, mesmo quando se já alimentação, e ali não tem nada, senão  
463 todo mundo vai ligar e vai dizer que precisa de comida. Aí todos nós vamos aprovar que seja  
464 captação. **Sra. Elisa Mara Pereira de Souza:** Mas vai ser com os mesmos condicionantes, da  
465 Entidade apresentar proposta pedagógica até o di 31 de janeiro e mais a documentação anexa. **Sra.**  
466 **Maria Leonice D. da Silva:** Essa Entidade existe na minha região há bastante tempo, a pessoa que  
467 dirige essa Entidade não é nenhuma pessoa leiga, despreparada, pelo contrário, é uma Entidade que  
468 tem benefícios de uma Entidade internacional, tem recursos vindo da Itália. **Sr. Gilmar Dalósto**  
469 **Rossa:** Isso é irrelevante! **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** É relevante à medida em que eu posso  
470 ter o tempo inteiro. Agora, eu tenho que ter as coisas escritas. Eu estou querendo que a gente faça  
471 para todos, porque a gente está tendo dois pesos e duas medidas. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Eu não  
472 me sinto enquadrado nisso, não é todo mundo. **Sra. Maria Leonice D. da Silva:** Então, eu me  
473 abstenho, porque eu não compacto. **Sra. Eulina Antunes:** Vamos fazer a ressalva como todas as  
474 outras, 30 dias. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** São R\$ 63.880,00, é isento. **Sra. Presidente:** Em  
475 processo de votação a Escola da Vida, Projeto de R\$ 63.880,00, com as ressalvas de 30 dias para  
476 fazer os documentos e a proposta pedagógica. Quem aprova? Dez. Quem não concorda? Um.  
477 Abstencões? Aprovado. **Sra. Elisabete Bortoluzzi:** Esses projeto que nós aprovamos hoje, quanto  
478 tempo vai demorar para estar no site do FUNCRIANÇA? Tem condições de fazer isso estar no site  
479 amanhã? Senão terá sido em vão toda essa nossa dedicação e trabalho. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:**  
480 Eu acho que a Dalva tem que sair daqui, sentar com o Luiz Henrique e cadastrar. **Sra. Dalva**  
481 **Franco:** Amanhã de manhã com certeza. **Sr. Gilmar Dalósto Rossa:** Tem que entrar amanhã. **Sra.**  
482 **Presidente:** Eu proponho que um de vocês sentem com o Luiz Henrique. **Sr. Gilmar Dalósto**  
483 **Rossa:** Eu posso. **Sra. Elisa Mara Pereira de Souza:** Eu também tenho condições de ajudar. **Sra.**  
484 **Presidente:** Então, amanhã de manhã a Dalva vai cuidar disso. Vamos encerrar, desejo a todos uma  
485 boa entrada de ano-novo. *(Encerra-se a presente sessão às 17h22min)*